

RESENHA DO LIVRO "A DESOBEDIÊNCIA CIVIL, DE HENRY DAVID THOREAU**Victor Carvalho de Filippis¹****Carolina Voto Batista²**

O livro “A Desobediência Civil” foi escrito em 1849, e foi embasado nas experiências de seu autor, Henry David Thoreau. Embora tenha sido escrita há muitos anos, a obra adquire um caráter atual ao criticar o governo e pontos que o relacionam.

Segundo o autor, o governo é apenas o modo que o povo escolheu para executar sua vontade, e está sujeito ao abuso e à perversão. Para ele, cada homem sabe qual o tipo de governo que deve ser aplicado à sua sociedade, para que seja o melhor para o momento. O autor discute qual é a função do governo, e defende a idéia de um governo que absolutamente não governe, e diz que quando os homens estiverem preparados, assim será.

Para Thoreau, o governo é tão forte e poderoso que até os indivíduos mais bem intencionados são convertidos em agentes de injustiças por força de seu respeito pela lei, e não por sua vontade e consciência e viram súditos (homens que servem o exército e a marinha). Esses homens servem ao Estado na qualidade de máquinas e são considerados pelo governo bons cidadãos. Existe também uma subserviência no âmbito jurídico, são os que servem o Estado com a cabeça, como legisladores, políticos, entre outros. O autor defende que, ao contrário de tais cidadãos, a consciência deve estar acima da sociedade, e que, para o Estado, são considerados inimigos os que agem com a consciência.

Ele critica o governo norte-americano desse momento e o intitula de governo do escravo, e fala que não é possível se associar a ele sem se desonrar. Fala também que todos os homens conhecem o direito da revolução, mas que a maioria diz que isso não vem ao caso agora.

O autor cita em seu texto uma passagem do pensamento de Paley, que diz que um povo não deve sacrificar outro povo ou outro grupo de pessoas para seu próprio benefício, mesmo que isso custe sua própria existência como povo.

Henry fala também sobre a questão da maioria e da minoria numa sociedade. A maioria tende a mandar, por ser mais forte, e a proteção da minoria seria papel do Estado. Ele defende a idéia de que a minoria não é necessariamente mais sábia ou

¹ Graduando em Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Graduanda em Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

melhor que a maioria. A minoria, muitas vezes, concorda com algo que há de errado com o governo, mas não pode fazer muito para mudar tal conjuntura, além de lamentar e reivindicar.

A questão do voto na sociedade também é um ponto de discussão do autor. Cada um vota no que acha correto, mas não se preocupa se vai ou não vencer, e apenas deixam para ser escolhida a vontade da maioria, não faz nada para tentar mudar isso. Para ele, o homem sábio não deixa o correto depender da sorte. Muitas pessoas estão prontas para criticar o que acham errado, mas poucas realmente se movem. Um homem, mesmo que tenha outras prioridades ou preocupações, não deve dar apoio ao que é errado apenas porque o assunto não o interessa. Muitos homens, mesmo não concordando com algum fato e se negando a realizá-lo (como um homem que se nega a lutar numa guerra), acabam propiciando tal fator indiretamente (com o dinheiro dos impostos, por exemplo).

O autor da obra coloca em questão que a única transgressão que nunca foi cogitada pelo Estado é a da negação de sua autoridade, não existe uma penalidade determinada para essa negação. O remédio para a sociedade mudar de verdade propicia tanto tempo que Henry diz que é provável que a vida do homem acabe antes que esse remédio vingue. Ele defende que o homem não veio ao mundo para fazer dele um bom lugar, mas para viver nele, mas, nem por isso, tem que fazer a coisa errada. Logo, ele defende que é menor o mal de não cumprir uma lei injusta e sofrer suas consequências do que cumpri-la sabendo que ela causa um mal muito maior.

Mesmo com esse ponto de vista de que é menor o mal de não cumprir uma lei injusta, muitos homens preferem se submeter às regras do Estado para ter sua proteção garantida, pois temem as consequências da desobediência sobre as suas famílias e propriedades. Se fosse o autor nessa situação, ele diz que preferia não ter tal proteção, pois temeria ainda mais as suas consequências.

Thoreau narra sua experiência passando a noite na cadeia por não pagar impostos. Esse foi um exemplo de desobediência civil que gerou a punição da cadeia para ele, que julga que os homens corretos e sábios ocupam tal lugar. Porém alguém ‘infelizmente’ (por sua própria concepção) pagou seus impostos para que ele deixasse a prisão, e o tempo dele lá não durou mais que uma noite. Ele conta que quando saiu da cadeia passou a ver o Estado ainda mais diferente do que via antes, passou a ver que seus concidadãos estavam ali para as horas boas, e que a maioria absoluta se submetia realmente às forças estatais, e como esta é tão injusta.

Ele deixou de pagar impostos por seis anos, e mesmo quando foi chamado para

prestar contas, manteve a posição de não aceitar os impostos cobrados pelo governo. Os impostos financiavam a guerra contra o México e a escravidão, que ia totalmente contra os seus princípios e era considerada amoral por ele.

Henry declara guerra ao Estado, ainda que silenciosamente, e continua obtendo as vantagens que ele oferece. E ele diz também que os impostos para garantias essenciais, como os destinados à educação, etc, ele não se nega a pagar.

Ele defende que quem pagou o imposto para ele deixar a prisão encoraja a injustiça num grau maior que o requerido pelo Estado. Eles não avaliaram até que ponto deixam seus sentimentos particulares interferirem no bem público. Diz que essas pessoas têm boas intenções, mas são ignorantes e agiriam melhor se soubessem como.

Embora, ao longo de sua obra exista uma passagem na qual ele admite que mesmo com suas falhas, a constituição é boa, a lei e os tribunais são representáveis e até o Estado é, em vários aspectos, extraordinário, o governo o preocupa pois não pode frear o homem. A autoridade do governo e ainda uma autoridade impura e, para ser justa, ela deve ter a aprovação e o consentimento dos governados.

O progresso de uma monarquia absoluta para uma limitada e, depois, para uma democracia é um progresso para o verdadeiro respeito do indivíduo. Jamais o Estado será realmente livre se não reconhecer o indivíduo como um poder mais elevado e independente, com autoridade própria. A desobediência civil, pacífica e constante, é essencial para esse reconhecimento e para uma sociedade justa.

No segundo capítulo de sua obra, Thoreau narra o local onde viveu e para quê. Ele narra a natureza exuberante das terras onde passou, das fazendas que, em sua imaginação, comprou, e mostra a natureza como essencial para a vida humana, como forma de se desprender de tudo o que o homem criou para afastar dela.

Ele se encanta com as fazendas, mas vai seguindo sem se fixar em alguma. Ele diz que a riqueza do homem é proporcional à quantidade de coisas que pode abrir mão. Por isso, o que ele leva de cada local são as paisagens, guarda consigo cada uma delas.

Henry defende a idéia de viver livre e sem compromissos. Não faz, a seu ver, muita diferença estar preso a uma fazenda ou à cadeia do município. Ademais, ele adota a idéia de simplificar e deixar tudo mais simples. Atrelado a isso, também esta a idéia de liberdade, ele defende que todos têm que ter uma liberdade inerente ao homem.

Ao longo de sua obra ele também aponta a escravidão em Massachusetts. Ele conta que foi a um encontro de cidadãos e pretendia colocar essa questão em discussão, porém o encontro tinha outro foco, que era o destino de Nebraska, onde não havia escravos. Segundo ele, os formados na escola da política fracassam a encarar os fatos,

pois adiam o acerto de contas enquanto a dívida fica maior.

O autor faz uma crítica a autoridade dos árbitros, dos juízes. Ele questiona o motivo de apenas um indivíduo ser dotado de razão para dar um destino a determinado caso, e a conclusão desses casos é, na maioria das vezes, injusta. Tais árbitros não se preocupam em não violar as leis da humanidade.

Além disso, ele também critica a postura do governador sarcasticamente. Ele diz que, quando a liberdade está ameaçada, o governador fica na obscuridade. Critica a quantidade de tempo livre que ele tem e que nada cumpre da sua tarefa. Ou seja, o governador nunca aparece para resolver suas questões que são de obrigação resolver, e, quando ele aparece, promove a injustiça, como no caso dos escravos, no qual ele parte em busca de escravos fugitivos, com o resguardo da Lei do Escravo Fugitivo.

Outro ponto crítico nesse âmbito é o treinamento dos soldados. Seus treinamentos giram em torno de capturar escravos fugidos, e não resolver outras questões realmente justas e importantes como o exemplo dado pelo autor de um cidadão seqüestrado. A sociedade gira em torno de promover injustiça, visto que a escravidão é algo desumano e não tem justificativa para ser defendida.

Sarcasticamente, o autor fala sobre a Lei do Escravo Fugitivo. Ele compara a adoção da lei pelo Congresso com a transformação de homens em salsichas e fala que, mais absurdo que essa transformação é a prática da lei. Uma proposta é tão razoável quanto a outra.

Os amigos da liberdade e dos escravos estão com as decisões de seus destinos nas mãos dos tribunais legais do país, e isso não transmite nenhuma confiança de que a justiça prevalecerá nesses casos. Estão restritos ao julgamento de um indivíduo que não é uma autoridade tão competente para resolver um caso tão importante. O destino de mais de três milhões de pessoas (sexta parte da nação) foi entregue a aos tribunais e justiça e foi decidido que devem continuar sendo escravos. Henry então defende que a lei nunca tornará livres os homens, os homens que precisam tornar livre a lei.

O autor defende que, com referencia a questões públicas, é mais importante saber o que pensa o campo que a cidade. Segundo ele a cidade não ‘pensa’ muito. Os homens do campo são dotados de humanidade, redimem a reputação de sua raça, têm interesse de fazer vencer a verdade e a justiça propriamente dita, e não uma justiça maquiada para que se torne verdade. Thoreau diz que quando se reúnem lavradores, por exemplo, para discutir suas questões acerca de um tema que atinge o país, esse é o verdadeiro Congresso, o mais respeitável que já existiu, muito melhor que o que chamam de Congresso na cidade.

Para Henry, existem dois partidos, o do campo e o da cidade. Embora o do campo seja mais medíocre em suas palavras, há uma vantagem para ele, por ser mais justo. Porém, as notícias ainda vêm da cidade, os jornais, revistas e editoriais. Por isso, o campo não deve importar das cidades nada mais que o essencial, como alimentos e tecidos, e ignorar o resto.

A imprensa é uma outra problemática. Ela é, quase sem exceção, corrupta. Ele compara a Bíblia com o jornal. O jornal é a Bíblia que anda no bolso de todos da sociedade, é a leitura da manhã, tarde e noite. O Editor é como se fosse o sacerdote que as pessoas sustentam. Mas será que tal sacerdote fala a verdade? Essa é a questão levantada por Henry. Uma solução seria a abstenção da compra de tais jornais que promovem a desigualdade e a injustiça, manipulando toda uma nação.

Em uma passagem de sua obra, Thoreau lembra aos seus concidadãos que não importa o quão valiosa pode ser uma lei que proteja suas propriedades ou garanta a integridade de seu corpo, o que deve prevalecer é pessoa unida à humanidade. As pessoas devem primeiro ser homens e, depois, americanos.

A constituição vai muitas vezes contra a lei de Deus. A maior preocupação com uma lei é a análise de constitucionalidade da mesma. Ver se a lei é ou não constitucional é maior que ver se ela é ou não justa. Para ele, perguntar se uma lei é constitucional é tão absurdo quanto perguntar se ela é lucrativa. O objetivo em tese tem que ser obedecer primeiro a lei de Deus, que é a única constituição eterna e justa. O destino do país não depende de eleições, de como votamos ou deixamos de votar, mas do tipo de homem que somos quando saímos às ruas.

Enquanto o juiz, o governador e as autoridades estão soltos, os defensores da liberdade estão presos. Quem luta por uma causa justa é levado à prisão, quem se comporta bem, quem está do lado da verdade e da justiça é considerado perverso na então atual conjuntura segundo o autor da obra. O autor se simpatiza e concorda totalmente com os acusados e nada com os acusadores no caso dos que lutam pela justiça e têm que esperar para que o tribunal tome sua decisão. O autor afirma estar vivendo um verdadeiro inferno em sua sociedade, tendo em vista tantas injustiças, não existe nada com o que ele se identifique em seu meio no qual antes, ele acreditava conseguir viver mesmo que com algumas discordâncias.

O autor afirma que faz falta homens que reconheçam leis acima das leis da Constituição, e que não aceitem tais leis como verdades absolutas e não as acatem apenas por elas serem a vontade da maioria, sem contestar ou admitir alguma outra lei além dessas.

Thoreau considera inadmissível a questão de a escravidão existir e a dignidade humana não estar acima da Constituição. Os operadores do direito e do governo se articulam para perpetuar esse modelo tão rejeitado por ele e tão injusto.

Em seu ensaio, a partir das observações que constam o ato de “Caminhar”, o autor se faz valer de metáforas empregadas em diálogo com seu cotidiano, no sentido de mostrar como suas atitudes, de certo grau mundanas, porém, diferenciadas quando comparadas com as de seus “concidadãos”, representam em sua obra a peculiaridade de ser uma vida mais digna e necessária de ser explorada, segundo sua própria opinião.

Thoreau usa de sua imensa admiração por explorações diárias que diz fazer em bosques de sua região, que costumam se esgotar em boas horas de seu dia, para atentar o fato de que há, nessa atividade, mais para se viver do que no simples ato de sentar-se em uma cadeira, e, desde a hora do despertar de alguém, ficar naquela posição, esperando por desconhecidos para simplesmente atendê-los, e fazer isso repetitivamente até o dia de seu provável descanso. Explicitando suas mais diversas aventuras por matas, locais intocados da natureza nunca visitados por outros cidadãos, e tidos como inúteis, o autor consegue expor sua indignação ao modo de como a vida é imposta a sociedade, e que a mesma não faz nada além de segui-la da forma que lhe convém.

Essas jornadas têm papel de explicar como, na visão do autor, a cidade e sua construção pode ser uma empreitada precipitada, movida por anseios humanos mais do que incabíveis, pois conta com doses especulativas e meramente oportunas do movimento do mercado e da ambição, que, ao seu ver, e com o decorrer de sua obra, culminam numa falsa sensação de conquista. O autor diz que cada homem tem seu próprio caminho a ser seguido, o que faz sentido quando comparado ao seu discurso de liberdade individual, e até mesmo em relação com o Estado. Entretanto, ao salientar seus gostos e suas atividades, ele faz questão de se diferenciar do resto dos cidadãos que, em sua maioria, levam suas vidas simplesmente pelos caminhos principais, não se desafiando a conhecer novas, e talvez mais prazerosas, estradas.

Quando preza por um governo não envolvido com os cidadãos, a impressão que é passada é a de que, na verdade, o autor estaria defendendo o minimalismo pressuposto nas teorias Liberais de defesa à propriedade privada e os interesses privados de um indivíduo. Todavia, quando demonstra seu apreço por conhecer o mundo por caminhos não convencionais, ele ressalta que, dentre a beleza natural do selvagem, está também o fato de que nele não há qualquer tipo de intervenção.

Essa abordagem ao selvagem nos remeterá ao inconsciente da desobediência previamente proposta e argumentada pelo autor. Também ao decorrer dessa descrição o,

remete a um descuido considerado “belo”, uma robustez que propriedade privada nenhuma poderia oferecer ao meio natural, já que o meio intocado continuaria, simplesmente, pertencendo ao Universo e a todos que por ali passarem, principalmente, os que não se descobririam dono ou portador de qualquer terra. Ainda diz que, se lhe fosse feita a indagação sobre a preferência de viver dentre o mais belo dos engenhos feito pelo homem, ou num pântano sombrio e movediço, escolheria o pântano, pois para ele, ali estaria a beleza.

Essa constatação final sobre a escolha de uma morada traduz o sentimento que permeia Thoreau: *“Como têm sido inúteis para mim, portanto, todos os seus trabalhos, cidadãos!”*. A satisfação do homem comum, cidadão, não seria a mesma que lhe julgava útil. Empilhar montanhas de pedras e cerca-se delas até findar a vida não era o modo que lhe parecia agradável de se passar o resto da vida, pelo fato de que isso fazia com que, além de perder o precioso tempo e esforço que um homem pode aplicar para satisfazer seu dia, se cerceassem suas opções de rumos a serem desbravados, em oposição ao mero conformismo impregnado na sociedade já instalada.

O conformismo que o autor prega aqui, talvez, tenha a dialogar com a visão com que ele tem, e que por coincidência, carrega similaridades com a obra “A arte de escrever” de Arthur Schopenhauer, no que tange a ideia de que a vida é curta demais para que só se experimente o simples, o fácil. Nessa abordagem, Thoreau demonstra inquietação contra aqueles que “desperdiçam” o tempo no simples laboro, e se privam da experimentação, do novo, daquilo que poderia ser importante de fato para a sociedade, ou da atividade que simplesmente lhe parece ser mais agradável, e, dessa forma, faria a vida dessa pessoa muito mais atrativa e bem vivida, tema que seria tocado ainda mais a frente.

Sem ter o que explorar, sem manifestação espontânea, causada pelo engessamento do ideal do cidadão comum feito pelo Estado e a normatização da Sociedade, o ensaio dá a entender que o homem, após seu próprio processo de domesticação, domestica também tudo ao seu redor. Há, então, um primeiro contato, que seria a experiência nova, porém ignorada pelo autor, já que o homem acaba por, por razão ou emoção, se instalar naquele local e dali não sentir mais vontade de sair.

Nesse entendimento, a impressão que é passada é de uma outorga feita pelo ideal de sempre se manter em movimento para desbravar ao selvagem, ignorando a vontade própria daquele que acabou de conhecer o novo local de querer simplesmente se instalar ali, e por ali residir, naquela mesma situação. Entretanto, o autor só se faz valer dessa idealização pois parte do pressuposto de que, na verdade, com a instalação em um local

previamente feita, comportando novas vidas ao redor do local, pode se tornar uma medida predatória, que passa falsa ideia de pertencimento e identificação com o cotidiano ali previsto, não dando opções aos que não se contentam com o que lhe fora oferecido.

Nesse caminhar, procurando novos territórios, o autor também justifica suas constatações na vontade de se ter o novo, e mirando atitudes que não parem sobre a inatividade de outros cidadãos. Para ensaiar sobre seu pensamento, sempre se valendo de metáforas, compara a *Marcha para o Oeste* como uma atividade de movimento natural em busca do desenvolvimento. Em sua opinião, relata que a locomoção de leste para oeste, assim como o nascer e pôr do sol, é o movimento do desenvolvimento, como das descobertas do Oriente para o Ocidente, e em seu caso, por estar nos Estados Unidos, do velho continente (Europa) para as Américas. Apesar do detalhamento e exemplificação da sua opinião, não há qualquer argumentação ou fundamentação que dê validade à observação suscitada, a não ser o mero acaso histórico.

Após mostrar seus argumentos e opiniões que se configuram como motivos de Thoreau ser um dos autores que dialogavam com princípios e afirmativas anarquistas, delatando suas convicções que circundavam a ideia de que não faria sentido um homem, que não vê reconhecimento moral num governo, ter impostos cobrados pelo mesmo, o autor mostra exemplos que, em sua opinião, demonstram como o cidadão é coagido, ou até mesmo por livre iniciativa, a fazer papéis oferecidos pelo Estado e pela sociedade que não têm caráter valorativo algum.

Essa análise conta com severas críticas ao “fetichismo” que o autor observa, em sua sociedade local, da necessidade incessante de se efetuarem negócios, por todos, e por todo território Estadunidense. Essas atividades, além de contribuírem para a forma alienada dos homens descreverem seu cotidiano, como laborioso e honroso, não contribuem em nada para o bom proveito de um homem que faz somente o que o agrada.

Com isso observa-se que, como no início do relatado, o autor não dá significância da legitimidade a um governo que se diz democrático e garantidor da liberdade, mas não oferece essa mesma liberdade para seus cidadãos. Liberdade essa não mais verificada apenas no entendimento da escravidão, também execrada por Thoreau, mas também na insistência do cometimento de injustiças como a cobrança de vaidades que os cidadãos tem que se comprometer, como se empenhar durante toda sua vida para alcançar uma vitória que, na realidade, nunca foi uma verdade, já que tiveram que se empenhar justamente durante toda sua vida.

Em seu resiliente abrigo nas matas, longe da sociedade civil comum, fugindo das fortunas que o senso comum averiguava como necessárias, o autor dispõe do argumento de que uma pessoa que encontra um trabalho “certo” para si, e não meramente formal e mecanizado, feito exclusivamente para sua sobrevivência e subsistência, nunca deve abrir mão do mesmo, pois essa é a verdadeira fortuna.

A dignidade estaria atrelada a esse sentido, pois quando o Estado, por mais rico e afortunado que seja, ao oferecer um trabalho vil e degradante ao seu cidadão, teria uma resposta negativa imediata, pois esse já estaria fazendo o que lhe convém e agrada. Esse trabalho jamais seria largado pelo cidadão, por maior que fosse sua recompensa. Thoreau reconhece que realmente existem homens que perdem sua dignidade e honra ao se filharem ao Estado, sendo sua cabeça ou braço armado, mas faz a leitura de que esses já estariam corrompidos ao executarem, ou fadados a executar, as mais chulas das tarefas, que significariam somente a sua sobrevivência.

Por isso, ao exprimir sua opinião de qual homem um terceiro deveria contratar, sua escolha seria a do homem que não trabalha por dinheiro, e sim por amor. O amor ao trabalho que se executa seria o principal medidor do quão honroso e dedicado o indivíduo seria. Dessa forma, o Estado pode ser pego no papel de vilipendiar ainda mais um cidadão comum, pois suas exigências, muitas das vezes, cerceam as opções daqueles que verdadeiramente desejavam estar se empenhando em algo mais prazeroso individualmente.

O ato de se esquivar da realidade pode ser facilmente atribuído ao ensaio lido, pois recorrentes são as vezes em que o autor elabora meios, não tão ortodoxos, de se escapar da perversão que um Estado injusto pode atribuir a uma sociedade. Entretanto, deve-se levar em consideração alguns questionamentos levantados por Thoreau a partir do seu entendimento de como se encaminhar a um destino favorável.

O sábio é questionado pelo autor. É, então, ser sábio o homem que sabe viver melhor do que os outros? Ou o homem que só é esperto e intelectualmente mais sutil que os outros? A partir dessas indagações ele exemplifica o que, na sua visão, não teria respostas imediatas. Para um homem que só tem tempo de laborar e criar seus meios de subsistência, teria ele a sabedoria no seu bruto trabalho de tração? Ou no homem que vive a vida para si, dentro de sua facilidade e reconhecimento dos seus privilégios?

Esses questionamentos servem para balizar a opinião de que, independente das condições encontradas por um homem, esse não deixaria nunca de tentar se lançar a simples sorte do destino para satisfazer seus desejos perversos de ter uma “vida tranquila”. “Perversos” é aqui usado pois, para o autor, nem mesmo o porco que se

lança a cavar a terra e lama por todo dia gostaria de ter companhia de um homem desse, que só se faz valer de seu vigor para poder ter sua sorte lançada à jogo.

Nessa lógica, Thoreau apresenta o argumento de que até Maomé sabe que Deus fez esse mundo não por brincadeira. Com isso, a atitude do homem, de querer recolher riquezas a todo o momento, só seria possível de entendimento se Deus fosse um cavaleiro endinheirado que espalhava riquezas pela Terra, somente para ver suas criaturas se digladiando por elas.

Essas criaturas que se digladiam por dinheiro, para Thoreau, são as que menos têm noção do que se passa na vida. São as que já sucumbiram a um nível tão alto de corrosão da sociedade e do senso comum, que se afundaram em conformismo e na mesquinhez da vida. Nessa visão, o autor volta a reconhecer que os homens, apesar de ter se domesticado, ainda apresentam seus instintos selvagens, como visto em passagens anteriores. Entretanto, atingir o conhecimento não seria o máximo dos graus de sabedoria que o homem poderia atingir, mas sim estar em sintonia com a inteligência. Dessa forma, não seria mais útil se engalfinhar por trocados, não seria preciso também se submeter a dominação do governo, mas apenas ter o poder de estudar o que lhe é útil, como as leis, ao saber o que se está sendo obedecido, no mínimo.

Apesar desse reconhecimento, Thoreau pondera que ainda que exista a possibilidade de se alinhar com a inteligência, poucas coisas são tão satisfatórias ao ser humano quanto à rotina diária e a política. Para ele, são como atividades vegetativas. Chamam atenção o simples sussurrar ao pé do ouvido, como decisões totalmente alheias tomadas em tribunais, como se abastecessem um desejo inerte ao ser humano de saber de tudo que lhe passa ao redor, e, ao mesmo tempo, não ter a mínima noção do que está acontecendo.

No que tange a política, está uma das críticas mais estridentes do autor no final de seu ensaio. Ele reconhece a necessidade de Estado e política, como já dito antes, mas não deixa de salientar o quanto a política ainda deve e pode contribuir para o bom funcionamento de sua sociedade. Ele a reconhece como a moela da sociedade, feita em substratos, como cascas que somente oferecem a superficialidade para os indivíduos.

A exigência do autor não é que se faça um milagre de se criar uma consciência coletiva, mas sim que isso possa ser apresentado para todos, ao menos, de maneira igual. Nessa última instância, se remete o caráter, novamente, de não representatividade do governo e da política para todos os seus cidadãos de maneira uniforme. Isso quer dizer que, além de só apresentar sua casca, e não oferecer a “carne” de seu conteúdo, o governo e a política não se fazem presentes no momento de representar minorias, como

apresentado por ele previamente em outras partes do texto. Por fim, o autor reconhece a vida não como um esquecimento, mas sim uma lembrança, para alguns, de algo que não deveríamos nem ter consciência.

Referências Bibliográficas

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. São Paulo: Cia das Letras, 2012. 152 p.